

A dialética da pluriatividade: o caso do Sul do Brasil

Carlos Alves do Nascimento*

Área: Economia Agrária, Espaço e Meio-ambiente

Sub-Área: 14. Economia Agrária e do Meio Ambiente

RESUMO

O crescimento de contingentes de famílias que conciliam entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas – denominadas famílias pluriativas (pluriatividade) – tem sido crescentemente reconhecido como importante para a redução da pobreza e do desemprego rurais, assim como para atenuar o êxodo rural e, deste modo, desafogar as periferias urbanas. Há pelo menos duas décadas, a UE discute, entre acadêmicos e políticos, como fomentar mais e mais casos de pluriatividade em suas áreas rurais. No Brasil, essa discussão ainda é recente nos meios acadêmicos, e bem mais no âmbito político. O presente trabalho defende – diferentemente de outros autores – que em regiões como o Sul do Brasil, aonde já se encontra bastante desenvolvida, e difundida pela região, uma agricultura capitalista moderna, a pluriatividade encontra-se impedida de crescer ao longo do tempo. Defende-se que não é possível a pluriatividade crescer num contexto em que predomina uma agricultura, cuja lógica interna de funcionamento se expressa pela simultaneidade entre, de um lado, o fortalecimento de uma fração cada vez menor de agricultores familiares que logram permanecer no mercado, e, de outro, a exclusão de largas parcelas de pequenos produtores incapazes de acompanhar as exigências dessa agricultura. É impossível a pluriatividade crescer quando o número de produtores familiares diminui. E para fazê-la crescer, poder-se-ia espelhar, nesse caso, no exemplo da UE, que através da sua Política Agrícola Comum (PAC), logrou preservar inúmeros pequenos produtores familiares dos efeitos excludentes desta agricultura capitalista, redundando em crescimento sustentado de famílias pluriativas. Em outras palavras, para que a pluriatividade no Sul do Brasil possa crescer e contribuir no esforço para solucionar os graves e crescentes problemas sociais das áreas rurais (e urbanas, por consequência), faz-se necessário uma maior participação do Estado na organização das atividades dos produtores familiares, através de políticas públicas específicas. Portanto, defende-se aqui que o crescimento da pluriatividade está muito mais dependente de questões de ordem política (demanda social e ação do poder público) do que simplesmente de questões de ordem puramente econômica (transformações produtivas nas economias locais) ou micro-social (“estratégias familiares”). E tais políticas devem ser direcionadas, antes de tudo, para evitar a marginalização dos pequenos produtores familiares, e o subsequente abandono das suas atividades agrícolas “tradicionais”, e não somente oferecer-lhes ocupações não agrícolas, uma vez que pluriatividade não existe só com atividades não agrícolas, sem o seu complemento agrícola. Trata-se, portanto, de uma questão, *a priori*, de caráter *político*.

* Doutor em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp e Professor Adjunto do IE/UFU.

A dialética da pluriatividade: o caso do Sul do Brasil

1. Introdução

Face à crise urbano-industrial (desemprego, superpopulação urbana, violência, poluição, etc.), provocada pelas transformações capitalistas ocorridas nas três últimas décadas, instituições e governos de países desenvolvidos passaram a compreender que políticas voltadas para o meio rural podem surtir reflexos positivos sobre o meio urbano. Sob esta compreensão os problemas urbanos passaram a ser vistos como problemas rurais, e vice-versa (Grupo de Brugge, 1996).

Diante dessa realidade desafiadora, a pluriatividade¹ das famílias rurais passou a ser vista como uma forte aliada no esforço de resolução dos dilemas comuns às áreas urbana e rural. A pluriatividade, por esse prisma, significaria, principalmente para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente, além da possibilidade de permanecer ligado à terra (e a uma atividade agrícola), uma maior estabilidade na reprodução familiar em face das incertezas do mercado de trabalho².

A importância da pluriatividade como um instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, especialmente a partir dos anos 70, tem sido reconhecida, de forma crescente e diferenciada, pelas autoridades políticas e econômicas da União Européia (UE), em virtude da sua histórica preocupação em preservar a sua estrutura agrária baseada na agricultura familiar (Tolosana & Persiva, 1992). No Brasil, ao contrário, a pluriatividade só tem encontrado relativa importância entre alguns pesquisadores acadêmicos que se interessam pelo tema – cuja origem remonta aos estudos dos *part-time farmers*, no contexto da modernização da agricultura na UE e da especialização produtiva do trabalho, os quais depois evoluíram para a noção de pluriatividade (Fuller, 1990; Graziano da Silva, 1999; Mattei, 1999; Sacco dos Anjos, 2003; Schneider, 2003)³.

¹ As famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não agrícolas (no interior ou fora do estabelecimento), denominadas famílias pluriativas, encontram-se no palco das discussões contemporâneas sobre o futuro do mundo rural. A unidade de análise da pluriatividade é a família.

² Ademais, estudos mostram que, em termos comparativos, os níveis de renda e qualidade material de vida das famílias pluriativas têm se mostrado superiores aos das famílias exclusivamente agrícolas (Projeto Rurbano – IE/Unicamp).

³ Não obstante essa discussão ainda seja muito recente no Brasil, para ser justo cabe lembrar aqui que referido debate já começou, muito recentemente, a encontrar espaço em certas instituições públicas oficiais do país. Exemplo disso é que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) realizaram em Brasília, nos dias 23 a 25 de agosto de 2005, o Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tinha como um dos painéis principais “*O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural*”. No presente artigo, todavia, defendemos que os “caminhos” (de políticas públicas) propostos – basicamente o fomento a atividades não agrícolas – para fomentar pluriatividade não necessariamente redundarão nesse objetivo, uma vez que a pluriatividade fica desfocada do seu ponto mais crítico, conforme buscaremos mostrar ao longo do texto.

Na União Européia, a pluriatividade é, a nosso juízo, claramente o resultado de uma *construção política*, no sentido de que as políticas agrícolas da UE criam as condições necessárias para proliferação de casos de pluriatividade e a sua sustentação ao longo do tempo. O objetivo explícito, desde a origem da Política Agrícola Comum (PAC), no final dos anos 50, de preservar a estrutura agrária preexistente de caráter familiar, ao mesmo tempo em que a economia européia se reconstruía dos escombros da Segunda Guerra Mundial, criou as condições para configuração de uma verdadeira “cultura da pluriatividade” na UE (Nascimento, 2005a).

No Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política agrícola de modernização da agricultura, conduzida através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Em virtude disso, excluiu do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares. Só recentemente, meados dos anos 1990, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a *agricultura familiar* como a *base social* sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país (Aquino *et al.*, 2000). Contudo, diferentemente da PAC da UE, o PRONAF não teve, desde a sua origem, a ambição de atingir todos os segmentos de agricultores familiares existentes no país, deixando de lado os estabelecimentos classificados como *periféricos* (Aquino *et al.*, 2004). Além disso, mesmo para aqueles que são o seu público-alvo (os *em transição* e os *consolidados*), o Programa ainda não tem sido bem-sucedido em atingir a todos, apenas a uma pequena parte deles (Bittencourt, 2003).

Assim, a pretensa *base social* de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil fica cindida entre famílias de agricultores viáveis e famílias de agricultores inviáveis – do ponto de vista da orientação da sua produção para o mercado. O PRONAF se encarregaria dos primeiros e a pluriatividade poderia vir a ser – segundo o ponto de vista acadêmico – um instrumento de apoio para ambos os segmentos. Enfim, o reconhecimento e o incentivo à pluriatividade podem representar uma importante alternativa de reprodução para os milhões de produtores familiares que povoam e estruturam as áreas rurais do país e que não têm a possibilidade de se tornar viáveis para o mercado.

Mas a questão central consiste em: os problemas sociais (rurais e urbanos) – os quais a pluriatividade poderá colaborar no esforço para sua resolução – são crescentes e, portanto, para a pluriatividade cumprir a função a ela atribuída deverá acompanhar mencionado crescimento. É incoerente, então, esperar que a pluriatividade contribua para reduzir o desemprego rural e amenizar o drama social dele decorrente se ela apresentar um crescimento nulo ou negativo – contrário à trajetória dos problemas que deve enfrentar. Dessa forma, a pluriatividade só servirá para um contingente de famílias rurais progressivamente reduzido, resultado que frustrará as expectativas em relação a ela.

Assim sendo, para inferir se a pluriatividade está cumprindo sua função *de forma crescente* no seio da agricultura familiar a fim de esta se consolidar realmente como a base social de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, escolhemos acompanhar a evolução da pluriatividade na região Sul por duas razões: i) por ser a segunda maior detentora da agricultura familiar nacional⁴; e ii) por ser aonde estariam reunidas – na opinião de Sacco dos Anjos (2003) e Schneider (2003) – as melhores condições para o crescimento da pluriatividade (especialmente a pluriatividade *intersectorial*⁵).

A pluriatividade é um fenômeno social *encontrável* em todo o território nacional. Em cada subespaço territorial regional haverá uma explicação para cada especificidade local da existência (estática) da pluriatividade. No entanto, para abordá-la inserida na questão mais ampla de um esforço nacional de implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário conhecer sua *dinâmica* em termos de tendência (evolução) com vistas a se construir um quadro também dinâmico de suas tendências regionais, com o intuito de subsidiar futuras (opções de) políticas públicas para o rural. No presente trabalho privilegiamos o Sul do Brasil, atualizando os dados para o período 2001/2004. Não pretendemos estudar suas especificidades enquanto categoria social diferenciada no meio rural. O estudo da pluriatividade em si mesma não é o objeto de investigação neste trabalho.

Nesses termos, consideramos que se os formuladores de políticas públicas (*policy makers*) para o rural brasileiro passarem a considerar a pluriatividade como uma importante forma de combater o desemprego e conter as populações rurais em seu lugar de origem, assegurando a sua reprodução social, então, apenas nesses termos, ganha sentido a discussão que ora nos propomos fazer sobre a *possibilidade de crescimento* da pluriatividade. Entendemos que o crescimento da pluriatividade não é um resultado *automático* decorrente de transformações em economias locais provocadas pelo progresso técnico e da reação das famílias rurais a tais transformações.

A nosso ver, somente o *elemento político* (políticas públicas) é capaz de explicar a razão de hoje se poder considerar que existe uma trajetória de crescimento da pluriatividade na União Européia. Ali o Estado foi capaz de *construí-la*, ao defender milhares de pequenos agricultores familiares (“inviáveis” para o mercado) dos efeitos adversos do “moinho satânico”⁶ da revolução verde materializado no avanço das relações capitalistas sobre a agricultura daquele continente (Nascimento, 2005a).

⁴ O Nordeste é a primeira. Juntos, Nordeste e Sul abrigam praticamente 80,0% da agricultura familiar nacional.

⁵ A pluriatividade *intersectorial* é aquela em que a família tem pelo menos um membro ocupado em uma atividade agrícola e pelo menos outro ocupado em uma atividade não agrícola. Por sua vez, a pluriatividade *tradicional* consiste na família que concilia, entre seus membros, ‘trabalho agrícola por conta-própria com assalariamento agrícola’.

⁶ Utilizando a feliz expressão de K. Polanyi (“A Grande Transformação”).

Neste trabalho defenderemos que as condições reunidas pela região Sul são propícias *não* para o crescimento da pluriatividade – conforme sugerem Sacco dos Anjos (2003) e Schneider (2003) –, senão para dificultar o seu crescimento, especialmente em se tratando da pluriatividade *intersectorial*.

Além desta introdução, o artigo está organizado em mais três seções. A primeira seção apresenta uma análise dos dados referentes à evolução quantitativa dos diferentes tipos de famílias aqui abordados, relativos ao período 1992 a 1999. A segunda seção atualiza os dados da seção anterior, para o período recente (2001 a 2004), cuja análise aponta para a confirmação de nossa hipótese de que a pluriatividade no Sul do Brasil, na ausência de políticas públicas especiais para os pequenos produtores familiares, vê-se bloqueada para crescer significativamente (sentido estatístico do termo); em adição, essa seção tece alguns comentários de cunho mais teórico da temática em questão. Por fim, na última seção, serão feitas as considerações finais.

Antes de avançar para a próxima seção, cabe dizer que os dados com os quais trabalhamos são resultados do processamento dos microdados das PNADs/IBGE. Os *tipos de famílias* aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não ocupado)⁷ e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo)⁸. Daremos especial atenção às famílias de conta-próprias pluriativas *intersectoriais*, em razão da importância das atividades rurais não agrícolas (ORNAs) para as famílias agrícolas que se tornam pluriativas (Projeto Rurbano).

As análises seguintes ficarão restritas ao conjunto de famílias ‘conta-próprias’ e ‘assalariados’ residentes nas áreas rurais não metropolitanas denominadas *rural agropecuário*⁹. Justifica-se isso pelo fato de que na região Sul todos os tipos de famílias definidas pela posição na ocupação (empregadoras,

⁷ Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não ocupados.

⁸ Se, por exemplo, numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores. Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP)

⁹ As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusiva aglomerado rural. O *rural agropecuário*, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A idéia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

conta-próprias, assalariadas e não ocupadas) declararam residência, em sua grande maioria (uma média que varia entre 73,0% e 78,0%), nas áreas não metropolitanas. Por outro lado, foi nas áreas *rurais agropecuárias* que se concentraram os tipos de famílias rurais sulinas não metropolitanas (variando a proporção entre 80,0% e 94,0%). A maior concentração de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias é das famílias conta-próprias e assalariadas (juntas perfazem 80,0% do total), em 2004.

Considera-se como o universo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de ‘empregadores’ (com até 2 empregados) e de ‘conta-próprias’ – ambos agrícolas e pluriativos. No entanto, em virtude do presente trabalho se concentrar nos tipos ‘conta-próprias’ e ‘assalariados’, nosso universo identificado com a agricultura familiar restringe-se ao conjunto de famílias conta-próprias (agrícolas e pluriativas). A discussão posteriormente realizada não ficará comprometida, já que o percentual de famílias de ‘empregadores com até 2 empregados’ sobre o total (‘empregador com até 2 empregados’ *mais* ‘conta-próprias’; ambos agrícolas e pluriativos) corresponde a 7,0%, nas áreas rurais agropecuárias da região Sul. O que equivale a dizer que o percentual de famílias conta-próprias no universo da *agricultura familiar* é superior a 90,0%, isto é, um contingente altamente representativo das análises realizadas a seguir.

2. O modelo predominante na agricultura da região Sul: pano de fundo para a análise dos dados

Ao analisar a trajetória das famílias sulinas na década de 1990, Nascimento (2005b) mostrou que a contínua redução do número de famílias pluriativas na região Sul estava associada: i) ao fato de o modelo de produção agrícola dominante na região Sul ser excludente; ii) à industrialização difusa ocorrida na região que gerou entornos rurais dinâmicos que favorecem, em combinação com o item anterior, não mais o crescimento do número de famílias pluriativas, mas de famílias não agrícolas; iii) à maior inserção internacional da economia – abertura comercial com câmbio valorizado – com o conseqüente acirramento da concorrência enfrentada pelos produtores rurais de um modo geral; e iv) à paulatina substituição relativa do Estado pelo Mercado na organização do setor, nos últimos vinte anos.

Enfatizaremos aqui apenas o ponto do modelo agrícola dominante na região Sul – relativamente às demais regiões do país –, em virtude de o considerarmos fundamental para o entendimento da dificuldade que a pluriatividade tem para crescer na região Sul. A questão central é que a lógica imanente a esse modelo agrícola (capitalista) expressa-se em dois movimentos contraditórios entre si: um, de contínua exigência para que os produtores agrícolas se modernizem, introduzam modernas tecnologias (que não são baratas); outro, marcado pela exclusão, do mercado, daquela parcela de pequenos produtores familiares que não conseguem atender tais exigências. Esse é ‘o’ elemento

central¹⁰, que na presença dos demais fatores – ação muito tímida do Estado (consubstanciado em políticas públicas) compensando as perdas desses pequenos produtores alijados da corrida modernizante; aumento da concorrência externa devido à maior inserção internacional da economia; entornos rurais dinâmicos oferecendo oportunidades de ocupação não agrícolas¹¹ – interpõe a “trava” ao crescimento da pluriatividade, especialmente a *intersectorial*, na região Sul¹².

Defendemos que, não obstante o processo de *modernização conservadora* da agricultura brasileira – assentado no modelo de busca desenfreada da elevação da produtividade – ter, como uma de suas conseqüências, criado certas condições¹³ para a proliferação da pluriatividade, por outro lado, *foram criadas também, paralelamente, as condições para a retração contínua da pluriatividade na região Sul ao longo do tempo*. Para se entender essa nossa afirmação cumpre recordar que a modernização da agricultura no Brasil, nos anos 60 e 70, ocorrida nos moldes da *modernização dolorosa*, cumpria um duplo objetivo. Por um lado, atender às necessidades internas do desenvolvimento capitalista a partir dos anos 50 – ou seja, aumentar a oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno; e servir como mercado para a indústria produtora de insumos, máquinas e implementos. Por outro lado, reforçava o seu desiderato histórico de ser o setor com grande peso no financiamento das necessidades nacionais de importação.

Isso significa dizer que a agricultura, no Brasil, jamais foi vista pelas políticas públicas destinadas a ela como um espaço também daqueles produtores que não têm a capacidade de se moldar às exigências de produtividade e fazer frente aos desígnios históricos do setor, conforme posto acima. Para esse segmento de produtores, que não conseguem atingir o perfil do “verdadeiro agricultor”, resta partir para a “outra margem” – ou seja, para se ocuparem plenamente em ocupações rurais não agrícolas (ORNA), ou continuarem perpetuamente marginalizados na sua relação com a terra, ou se tornarem definitivamente não ocupados.

Em outras palavras, o modelo agrícola do Brasil não promete futuro promissor, simultaneamente, para ambas as partes envolvidas (de um lado, a chamada agricultura patronal –

¹⁰ Essa é a raiz da “crise” agrícola dos anos 1990, uma vez que a “crise” é mera expressão da contradição intrínseca ao modelo agrícola capitalista, exacerbada pelas condições macroeconômicas do período. Coloca-se crise entre aspas porque não se pode generalizar para todo o conjunto dos produtores agrícolas (Nascimento, 2005b).

¹¹ Nascimento (2005b) desenvolve esse ponto com o objetivo de defender que um entorno rural (economia local) dinâmico favorece, na ausência das referidas políticas públicas *compensatórias*, não o crescimento da pluriatividade *intersectorial*, senão a paulatina conversão dos pequenos produtores familiares alijados da concorrência capitalista em famílias rurais não agrícolas.

¹² No Nordeste, por exemplo, é a combinação entre entorno rural pobre do ponto de vista das atividades não agrícolas e predomínio de uma agricultura tecnologicamente atrasada, que faz com que cresça o número de famílias pluriativas *intersectoriais* – porque nenhuma das duas atividades substitui a outra, uma vez que ambas são precárias; o que faz com que as famílias agrícolas pobres se tornem pluriativas fazendo “bicos”, reagindo à condição de pobreza (Nascimento, 2005b).

¹³ Elevação da produtividade das explorações familiares modernizadas, liberando mão-de-obra familiar para se ocupar em outras atividades – não agrícolas ou agrícolas por assalariamento (em outros estabelecimentos).

juntamente com a pequena parcela de agricultores familiares “consolidados”, acoplados às agroindústrias; de outro, a massa de “condenados ao atraso”) por ser um modelo sobre o qual o Estado em nenhum momento da história do país interferiu para apoiar aquela enorme parcela de agricultores “atrasados”, de modo que o futuro promissor ficou reservado para uma fração menor de agricultores (convertidos pelas políticas públicas em) competitivos. Trata-se de um modelo dentro do qual somente têm assegurado sua permanência os produtores que conseguem manter-se constantemente atualizados para atender as velozes exigências do mercado – exigências que se refletem em todos os elos da cadeia produtiva dos complexos agroindustriais, principalmente no elo mais fraco: o pequeno produtor.

A partir de meados dos anos 1980 e principalmente durante os anos 1990, houve no Brasil uma série de alterações na política agrícola, no papel do Estado na economia e na relação do país com a economia internacional, que criaram um ambiente mais acirrado de concorrência no mercado agrícola, entre capitais individuais, cuja implicação fundamental foi o crescimento de uma pressão sobre os agricultores para aprofundarem a modernização de suas explorações agrícolas. Um reflexo disso pode ser verificado pelos dados comentados a seguir. Inicialmente, a Tabela 1 mostra o forte aumento na produtividade física dos estabelecimentos familiares, cuja taxa de crescimento médio na década de 1990 foi da ordem de 5,8% – superior à da patronal – mesmo com uma redução média da área cultivada de 2%. O que esses números revelam é de crucial importância. Ou seja, que essa relação inversa entre aumento de rendimentos físicos dos estabelecimentos e redução de área agrícola utilizada reflete duas possibilidades conjuntas: um emprego mais intensivo de tecnologias modernas (insumos químicos, máquinas, fertilizantes, etc.) e/ou a redução do número de agricultores familiares na atividade agrícola.

Tabela 1: Agricultura familiar e Patronal¹⁴: resultado médio dos anos 90: taxas de crescimento (Produção, Área cultivada e Produtividade Física).

	Familiar	Patronal
Produção	3,8	2,6
Área cultivada	-2,0	ns*
Rendimento físico	5,8	3,29

* não significativo

Fonte: Adaptado de Homem de Melo (1999).

Helfand e Rezende (2001) explicam que os ganhos na produtividade da terra não implicam necessariamente a ocorrência de mudança tecnológica. Num contexto (década de 1990) de contração de área que afetou muitos produtos, rendimentos físicos maiores devem estar associados a aumentos em eficiência ao nível do setor, na medida em que terras de menor qualidade e produtores menos eficientes

¹⁴ Homem de Melo (1999) classifica como agricultores familiares os estabelecimentos com até 100 ha; e os patronais, os estabelecimentos com mais de 100 ha.

deixem o setor. Essa é a questão que nos ocupa neste trabalho, relacionada às evidências empíricas de não crescimento da pluriatividade no Sul do Brasil (conforme mostraremos adiante); quer dizer, a vigência de uma agricultura tipicamente capitalista, orientada cada vez mais por critérios de mercado, cuja implicação econômica e social traduz-se em sistemática seleção de uma base cada vez mais estreita de agricultores hábeis em (e com recursos para) se ajustar às exigências da concorrência, em detrimento de parcelas bem maiores de produtores ineficientes.

Numa região como a do Sul do Brasil, onde predomina uma agricultura tipicamente capitalista – com largo acesso à tecnologias e à assistência técnica, observado em todos os estratos (de renda total e de tamanho) dos estabelecimentos (Tabelas 2, 3 e 4) –, com as *nuances* que estamos realçando nesta seção, a própria dinâmica mesma dessa agricultura ocasiona a redução do número de produtores¹⁵.

Tabela 2: Agricultores familiares – Acesso à tecnologia e à assistência técnica (em %).

REGIÃO	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos			Uso adubos e corretivos	Faz conservação do solo
			Só animal	Só mecânica ou mecânica + animal	Manual		
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	16,8	6,3
Centro-Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	9,0	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	60,6	24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	77,1	44,9
BRASIL	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	36,7	17,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, *in*: MDA/FAO/INCRA (2000: 31).

Tabela 3: Agricultores familiares, segundo tipos – Tecnologia e Assistência Técnica (em %).

REGIÃO	Tipo	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos		Uso adubos e corretivos
				Só animal	Só mecânica ou mecânica + animal	
Sul	A	74,7	88,9	25,2	70,7	94,0
	B	54,3	81,8	42,4	50,9	86,6
	C	34,6	68,1	45,8	39,9	71,9
	D	27,6	55,7	32,9	35,9	56,9
Brasil	A	44,0	66,1	21,2	52,1	69,2
	B	25,1	48,0	28,1	32,4	5,6
	C	11,9	31,9	25,5	22,2	32,7
	D	8,6	26,5	18,9	22,0	24,4

Legenda: Tipos: A (Renda Total superior a três vezes o valor do VCO), B (RT superior a uma vez até três vezes o valor do VCO), C (RT superior à metade até uma vez o valor do VCO), D (RT igual ou inferior à metade do valor do VCO) – VCO: Valor do Custo de Oportunidade (valor da diária média estadual, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis do ano – calculado em 260).

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, *in*: MDA/FAO/INCRA (2000: 54).

Observe-se, nas Tabelas 2 e 3, que a agricultura familiar da região Sul é, entre todas as regiões do país, a que mais tem acesso à tecnologia e à assistência técnica, muito acima da média nacional, em todos os casos apresentados. Mais importante ainda é perceber que na região Sul é elevado o acesso à tecnologia e à assistência técnica por todos os tipos de agricultores familiares, dos de maior aos de

¹⁵ Conforme pode se depreender da leitura de trabalhos como os de Alves & Homem de Souza (2000); Goularti Filho (2001); E. Alves (2001); Lopes (2002).

menor renda total (RT). A Tabela 4 reforça essas informações mostrando que os estabelecimentos agrícolas (em todas as faixas de tamanho de área) da região Sul são os que apresentam a maior proporção, comparativamente a todas as demais regiões, de número de tratores em relação ao número de estabelecimentos por classe de área. Esses dados fornecem um quadro geral do modelo agrícola largamente difundido na região Sul do país.

Tabela 4: Distribuição do número de tratores em relação ao número de estabelecimentos (familiares e patronais) por classe de área e regiões (em %).

CLASSES (Área em Hectares)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
< 10	0,21	0,32	3,87	7,11	13,34
[10, 20]	0,39	1,08	6,48	14,38	19,09
[20, 50]	0,89	1,87	8,78	20,37	36,44
[50, 100]	1,48	3,73	14,31	28,16	49,02
[100, 200]	2,67	7,69	24,82	37,86	53,29
[200, 500]	9,45	15,40	47,24	51,01	62,10
[500, 1.000]	22,78	27,34	65,68	63,06	70,64
[1.000, 10.000]	44,5	42,24	80,35	71,68	77,09
> 10.000	67,06	75,77	88,66	70,11	66,67
Região	2,60	1,59	25,58	19,66	25,62

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, in: E. Alves, *et al.* (1999).

O crescimento da produtividade (inovações tecnológicas), a geração de excedentes e o desenvolvimento econômico (industrialização e urbanização), fazem-se, portanto, acompanhar pela redução do número de produtores. Alves & Homem de Souza (2000) abordam esse aspecto no caso da produção brasileira de leite, caracteristicamente de pequenos produtores. Segundo esses autores,

“os compradores de leite do mercado formal [agroindústrias], principalmente mediante preços mais baixos, estão se livrando da pequena produção, empurrando-a para o mercado informal” (Alves & Homem de Souza, 2000: 21).

Assim sendo, no que concerne às perspectivas em relação ao futuro dos produtores de leite em um contexto de aumento da produtividade no setor, concluem os autores:

“Mas, se todos ampliarem a escala de produção (...) recairá na diminuição do número de produtores. (...) não se pode cuidar da modernização da produção de leite sem considerar seus efeitos no número de produtores” (Alves & Homem de Souza, 2000: 22).

Um outro exemplo de declínio do número de produtores rurais é o apresentado por Goularti Filho (2001) em seu estudo sobre o processo de reestruturação patrimonial ocorrido no complexo agroindustrial catarinense em favor de multinacionais. Segundo esse autor, o processo de desnacionalização ocorrido nos anos 90 no complexo agroindustrial catarinense foi acompanhado de redução brutal no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. De acordo com seus dados, em 1990 havia 36.050 produtores (suinocultores e avicultores) integrados às redes das empresas Sadia, Aurora, Perdigão e Chapecó. Em 1999, esse número encontrava-se reduzido a 22.198, correspondendo a uma queda geral de 38,4% em uma década.

Em suma, essa rápida abordagem dos impactos do modelo agrícola sobre o número de produtores agropecuários possui o único intuito de mostrar a contradição, intrínseca ao modo tipicamente capitalista de produção agrícola – contradição esta acentuada pelas alterações macroeconômicas ocorridas no país ao longo dos anos 1990 –, que se expressa, simultaneamente, entre o aumento da produtividade no setor agropecuário – conduzido por uma base estreita de agricultores eficientes – de uma dada região (no caso, região Sul) e o decréscimo de suas famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar).

Em outras palavras, no que respeita às famílias pluriativas, entendemos essa contradição no sentido de que o aumento da produtividade do trabalho possibilita a liberação da força de trabalho familiar para se ocupar em outras atividades, tornando-se pluriativas tais famílias, mas que, por outro lado, nas etapas subseqüentes de acirramento daquelas práticas, a tendência é a de ocorrer, por um lado, um afunilamento do número de produtores aptos a atender às exigências do mercado e, por outro, a marginalização e potencial disposição dos demais produtores de deixar o setor. O resultado é a configuração de uma tendência à redução do número de famílias pluriativas, acompanhando o declínio do número de produtores do setor.

Isso não significa necessariamente que as famílias de produtores progressivamente alijados desse processo largarão a atividade agrícola, deixando de ser famílias de conta-próprias agrícolas ou pluriativas e convertendo-se em famílias de outros tipos. Ou seja, não significa que automaticamente os produtores familiares, por não se ajustarem ao novo regime concorrencial, largarão a atividade agrícola. Contudo, por ficarem marginalizados do processo de modernização (e de integração aos circuitos comerciais e produtivos dos agronegócios), haverá sempre a tendência a abandonarem a atividade agrícola, sobretudo, tendo-se em vista alguns fatores que contribuem para essa decisão (forçada pelas circunstâncias). Quais sejam: a) a difusão, através dos meios de comunicação de massa, dos hábitos e necessidades urbanos; b) a crescente dificuldade de manter uma atividade agrícola não remuneradora; c) conjunturas duradouras de crise no setor agrícola; d) entornos rurais (economias locais) dinâmicos, do ponto de vista não agrícola, proporcionando maiores oportunidades ocupacionais fora da agricultura; e) descaso histórico do Estado – materializado em políticas públicas específicas – no tocante ao amparo aos pequenos produtores “inviáveis”, faltando incentivá-los, via subvenções, a permanecerem com algum tipo de atividade agrícola – à semelhança da política (agrícola) social de ajudas diretas à renda dos pequenos produtores da União Européia (UE).

A combinação de todos esses fatores – não excludentes entre si – em acréscimo a uma realidade em que predomina uma agricultura cuja dinâmica é cada vez mais regida por critérios de mercado,

justifica nossa hipótese de que a pluriatividade no Sul não encontra condições objetivas para crescer. Vamos, enfim, aos dados que podem ser extraídos das PNADs.

2.1. Análise dos dados das PNADs dos anos 1990

A Tabela 5 confirma as observações tecidas anteriormente. Nessa Tabela pode-se ver as taxas de crescimento de diferentes tipos de famílias sulinas residentes nas áreas rurais não metropolitanas agropecuárias. Note-se o generalizado declínio significativo do número de famílias conta-próprias pluriativas (e agrícola) e, ao contrário, o crescimento significativo do número de famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariados), em dois períodos da década de 1990. Observe-se que, embora a taxa de crescimento negativa da pluriatividade *intersetorial* não seja significativa, significa não crescimento em nenhum dos dois períodos.

Tabela 5: Evolução dos tipos de famílias segundo o local de domicílio: 1992/99.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	SUL		
	Mil fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1999	1992/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO			
RURAL AGROPECUÁRIO			
Conta-Própria	671	-2,0 ***	-2,0 ***
Agrícola	467	-2,9 ***	-2,6 ***
Pluriativo	138	-2,2 **	-2,8
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	27	-4,0 ***	-5,5 ***
Intersetorial (Agr. com Não-agric.)	109	-1,8	-2,5
Não-agrícola	67	9,4 ***	5,9
Empregados	428	3,2 ***	4,4 ***
Agrícola	185	0,5	1,3
Pluriativo	42	-1,0	-3,8
Não-agrícola	201	7,6 ***	10,1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - Elaboração própria

A Tabela 6 apresenta taxas de crescimento das famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) com algum membro com algum tipo de acesso à terra, segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos, nos períodos 1992/1999 e 1995/1999. No Sul não se nota um único caso de crescimento da pluriatividade, em nenhum dos dois períodos analisados. Há dois registros de queda significativa (no sentido estatístico) da pluriatividade sulina total “puxada” tanto pela pluriatividade *tradicional* como pela pluriatividade *intersetorial*, segundo os estratos de área. Em geral, as taxas de crescimento das famílias conta-próprias sulinas são negativas.

Assim sendo, a Tabela 6 mostra – como questão importante para a discussão do trabalho – que na região Sul a agricultura familiar (o total de famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas), em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos, reduz-se sistemática e significativamente em ambos os períodos analisados. Na maioria desses casos, a pluriatividade sulina não contribuiu para evitar essa

queda. Pelo contrário, em alguns casos a pluriatividade sulina, *intersectorial* e *tradicional*, apresentou também taxas de crescimento negativas e significativas (sentido estatístico).

Tabela 6: Evolução dos tipos de famílias extensas de conta-próprias segundo o local de domicílio e faixa de área: Sul 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 20ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-próprias (agrícolas mais pluriativos)	-7,1 ***	-1,7 ***	2,9 **	-6,3 **	-2,5 **	5,3 *
Agrícola	-8,0 ***	-2,2 ***	5,3 ***	-6,8 ***	-3,0 **	7,6 **
Pluriativo	-4,7 ***	1,4	-9,4 ***	-5,1	-0,1	-8,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-8,7 ***	-2,8	- -	-5,3	-7,8	- -
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	-3,4 *	1,4	-9,4 ***	-4,8	-0,1	-8,3

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra. Os "- -" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - Elaboração própria.

Os dados até aqui apresentados enfatizam que na região Sul do Brasil a pluriatividade, *intersectorial* e *tradicional*, não está cumprindo seu papel de sustentáculo da agricultura familiar, uma vez que as famílias de conta-próprias estão diminuindo ano a ano.

É difícil aceitar o argumento de que uma das explicações para a queda da pluriatividade nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul seja a perda de plantas industriais dos setores de “calçados e confecção, os quais optaram por suspender parcial ou totalmente o funcionamento de unidades de produção instaladas na zona rural dos municípios e/ou em pequenas localidades” (Sacco dos Anjos, 2003: 305). Schneider e Navarro também procuram explicar a diminuição do contingente de famílias pluriativas nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, nos anos 90, atribuindo-a ao “estancamento das atividades da indústria calçadista no estado, grandemente promotora desse tipo de ocupação e combinação com domicílio rural...” (Schneider e Navarro, 2000: 39).

Em primeiro lugar, a dificuldade de aceitar referidos argumentos reside na constatação de que, embora tenham ocorrido transformações produtivas nas indústrias calçadistas e de vestuário da região Sul, com deslocamento de plantas industriais para outras regiões, Oliveira (2003) mostra, com base nas informações da RAIS/MT, que não houve perdas no emprego nesses setores da região Sul. O mesmo pode ser confirmado pela Tabela 7¹⁶, que apresenta as taxas de evolução da população (residente nas áreas rurais agropecuárias dos estados do PR, SC e RS e da região Sul em geral) ocupada em diferentes setores de atividade não agrícola. Pode-se conferir nessa Tabela que na região Sul como um todo houve

¹⁶ A versão completa dessa Tabela pode ser encontrada em Nascimento (2005b).

forte crescimento significativo (no sentido estatístico) da ocupação na ‘indústria do vestuário’ (taxas de crescimento de 17,8% a.a. e 27,4% a.a., nos períodos de 1992/1999 e 1995/1999, respectivamente) e na ‘indústria de calçados’ (14,2% a.a., em 1995/1999); no RS houve um crescimento significativo da ocupação na ‘indústria de calçados’ na ordem de 15,5% a.a. (1995/1999); em SC, as taxas de crescimento significativo do número de pessoas ocupadas na ‘indústria do vestuário’ foram de 18,9% a.a. (1992/1999) e 27,3% a.a. (1995/1999).

Tabela 7: Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, ramo e setores de atividades. PEA restrita^a. 1992-1999.

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992 (1.000)	1999 (1.000)	1992/97 ^b (% aa)	1992/99 ^b (% aa)	1995/99 ^b (% aa)
NÃO METROPOLITANO					
RURAL AGROPECUÁRIO					
SUL					
Não-agrícola (total)	523	685	4,3 ***	3,9 ***	5,1 ***
indústria de calçados	27	35	-3,9	1,8	14,2 ***
industria vestuário	6	21	16,7 ***	17,8 ***	27,4 ***
Rio Grande do Sul					
Não-agrícola (total)	258	300	1,8	2,2 ***	4,5 ***
indústria de calçados	26	34	-4,1	2,0	15,5 ***
Paraná					
Não-agrícola (total)	116	167	3,4 *	5,5 ***	9,8 ***
Santa Catarina					
Não-agrícola (total)	149	218	8,9 **	5,1 ***	2,4
industria vestuário	4	16	9,9 *	18,9 ***	27,3 **

a) exclui pessoas com menos de 15h de ocupação e exclusivamente dedicadas à autoconstrução e à produção para o autoconsumo

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

c) exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/UFU.

Em segundo lugar, outro dado que dificulta aceitar referidos argumentos concerne ao acelerado crescimento das famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariados) no rural agropecuário de toda a região Sul (Tabela 5 acima), uma vez que o suposto efeito negativo da redução das atividades dos setores calçadista e têxtil sobre as famílias pluriativas deveria ter-se refletido também sobre as famílias rurais não agrícolas dessa região, porém, não é, em absoluto, o que os dados revelam. A Tabela 7a¹⁷ confirma essa observação.

Pode-se ver na Tabela 7a que nas áreas rurais agropecuárias de todos os estados da região Sul a pluriatividade não cresceu nos anos 90 – no Rio Grande do Sul ela declinou significativamente – e que, diferentemente, em todos eles o número de famílias não agrícolas (de conta-próprias e por assalariamento) cresceu rápida e significativamente, no mesmo período.

A Tabela 7a também registra que não houve redução dos números totais de famílias; que as alterações na composição das famílias são favoráveis ao aumento da participação das famílias não

¹⁷ A Tabela 5 também confirma para o Sul como um todo.

agrícolas: no RS, em 1992, havia 1,8 família pluriativa para cada família não agrícola, mas em 1999, essa relação caiu para 0,7 família pluriativa para cada família não agrícola (essas mesmas relações caem de 1,4 para 0,9 – no PR – e de 0,9 para 0,4 – em SC –, em período idêntico); que cresceu, também, rápida e significativamente o número de famílias de não ocupados.

Tabela 7a: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	(Mil fam)	(Mil fam)	1992/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
RIO GRANDE DO SUL				
Conta-Própria	314	286	-1,2 *	-2,7 **
Agrícola	203	190	-1,3	-3,0 *
Pluriativo	95	58	-4,6 ***	-4,7 *
Não-agrícola	17	37	10,4 ***	3,1
Assalariados	132	169	3,3 ***	7,7 ***
Agrícola	66	71	0,7	7,2
Pluriativo	19	23	-0,2	4,1
Não-agrícola	47	75	7,0 ***	9,5 ***
TOTAL ^b	511	529	0,4 ***	0,7 ***
PARANÁ				
Conta-Própria	264	218	-2,9 ***	-0,9
Agrícola	214	161	-4,2 ***	-1,6
Pluriativo	41	44	0,2	-1,6
Não-agrícola	9	12	8,0 **	17,4 **
Assalariados	136	144	2,0 *	3,0
Agrícola	91	82	-0,9	-1,0
Pluriativo	15	13	1,7	-1,6
Não-agrícola	31	49	8,5 ***	13,0 **
TOTAL ^b	441	409	-0,7 *	0,7
SANTA CATARINA				
Conta-Própria	193	168	-1,9 ***	-2,2 ***
Agrícola	149	115	-3,7 ***	-3,4 ***
Pluriativo	33	35	0,3	-1,0
Não-agrícola	11	17	8,6 **	5,2
Assalariados	85	115	4,6 ***	1,9
Agrícola	29	33	3,4	-2,2
Pluriativo	13	6	-8,1 *	-21,5 ***
Não-agrícola	43	77	7,5 ***	8,6 **
TOTAL ^b	306	326	0,9 ***	0,2

Nota: exclusiva as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a

b) Total de famílias (empregadoras, conta-próprias, assalariados, não ocupados)

existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/UFU.

Por fim, a tendência de declínio da pluriatividade na região Sul deve ser tratada como resultante de um elemento *estrutural* e não decorrente simplesmente de fatores conjunturais. A queda da pluriatividade no Sul decorre de um elemento estrutural objetivado no próprio modelo agrícola difundido na região, como já vínhamos defendendo. Sacco dos Anjos (2003) atribui, com muita propriedade, a queda da pluriatividade no Rio Grande do Sul, como sua segunda explicação, à profunda reestruturação sofrida pelo conjunto da agricultura familiar nos anos 90. No presente trabalho,

entretanto, queremos reforçar ainda a idéia de que a “crise” agrícola (que levou à reestruturação do setor) nos anos 90 deve ser tratada como decorrente, uma manifestação, daquele elemento estrutural (o modelo agrícola capitalista). E que, portanto, esse é ‘o’ elemento que, na ausência de políticas compensatórias, impede a pluriatividade de crescer, levando-a até mesmo ao declínio – caso da região Sul. Significa dizer que, havendo ou não crise no setor, a lógica interna do modelo agrícola (elemento estrutural) permanece disciplinando o setor e ameaçando (de expulsão) os produtores ineficientes e, entre eles, muitos pequenos produtores familiares pluriativos. Por essa razão, julgamos imprescindível uma ação pública abrangente, no sentido de compensar os segmentos de pequenos produtores familiares dos efeitos negativos da lógica interna do modelo agrícola, caso a sociedade decida promover o crescimento de casos de famílias pluriativas no Sul do país. Sem essa ação a pluriatividade não acompanhará o ritmo de crescimento dos problemas que caberia a ela enfrentar.

3. Os dados das PNADs dos primeiros anos do século XXI (2001 a 2004): mantém-se a tendência de não crescimento do conjunto da pluriatividade no Sul do Brasil.

A partir de janeiro de 1999 houve uma inflexão no regime de taxa de câmbio vigente desde a implementação do Plano Real. O sistema que há mais de quatro anos operava com o câmbio fixo e sobrevalorizado passou a funcionar com uma taxa de câmbio flutuante, com interferências pontuais do Banco Central. O resultado direto dessa mudança na política cambial foi uma desvalorização real da taxa de câmbio, cuja variação no período de 1999 a 2004 partiu de um índice de 100, em 1999, para um de 160, em 2004 (Brandão *et al.*, 2005).

O novo regime cambial passou a funcionar, por um lado, como uma proteção para os produtores agrícolas nacionais contra a concorrência dos produtos importados, uma vez que o câmbio desvalorizado encarece as importações; por outro lado, em contrapartida, favoreceu os produtos de produção interna comercializáveis no mercado internacional. A agricultura, portanto, deixou de ter na taxa de câmbio uma variável negativa para seu desempenho, respondendo positivamente à mudança no regime cambial (Gasques & Spolador, 2003; Rezende, 2003; Brandão *et al.*, 2005).

O que mais nos importa destacar como resultado dessas mudanças é que elas trouxeram uma recuperação da renda interna da agricultura (Gasques e Spolador, 2003). Além disso, do lado dos produtores menores e mais incapacitados a responder positivamente aos ganhos com produtos exportáveis, pode-se supor também que o novo regime cambial trouxe uma redução da pressão da concorrência externa, o que rebate na diminuição da pressão, intrínseca à dinâmica da concorrência intercapitalista, por aumentos de eficiência e ajuste alocativo de fatores. Essas observações são

importantes na medida em que podem explicar o comportamento quantitativo das famílias rurais sulinas aqui analisadas para o período de 2001 a 2004.

A conjuntura macroeconômica foi alterada e trouxe influências positivas para o setor agrícola. Em virtude dessa mudança, também pode ser visto seu reflexo sobre a evolução das famílias rurais no quadriênio 2001/2004, mostrada a seguir.

Tomando em consideração a Tabela 8, verifica-se que, do ponto de vista das famílias – segundo o ramo de atividade em que estão ocupadas (agrícola, pluriativa, não agrícola) – residentes nas áreas rurais agropecuárias da região Sul, no quadriênio 2001/2004, os microdados da PNAD registram uma quase generalizada estabilidade (estatística) no tocante à evolução quantitativa das referidas famílias. Talvez parte das famílias que deixaram de ser conta-próprias agrícolas (redução significativa de 2,1% a.a.), tornaram-se ou famílias pluriativas tradicionais, ou famílias de assalariados agrícolas.

Tabela 8: Evolução do número de famílias, segundo o tipo e local de domicílio: Sul, 2001-2004.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001 (Mil Fam.)	2002 (Mil Fam.)	2003 (Mil Fam.)	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO					
RURAL AGROPECUÁRIO					
Conta-Própria	697	723	715	708	0,3
Agrícola	501	504	492	472	-2,1 *
Pluriativo	142	173	152	178	5,5
Tradicional	24	38	33	41	16,1 *
Intersetorial	118	135	119	136	3,1
Não-agrícola	54	46	71	59	7,1
Agricultura familiar (conta-próprias agrícola e pluriativo)	643	677	644	649	-0,2
Agrícola	501	504	492	472	-2,1 *
Pluriativo	142	173	152	178	5,5
Tradicional	24	38	33	41	16,1 *
Intersetorial	118	135	119	136	3,1
Assalariados	320	334	330	343	1,9 *
Agrícola	148	144	159	164	4,1 *
Pluriativo	40	51	47	42	0,8
Não-agrícola	132	139	124	136	-0,2

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IE/UFU, Fevereiro 2006.

Observe-se ainda na Tabela 8 que o número de famílias pluriativas, no agregado da agricultura familiar (conta-própria agrícola *mais* pluriativo)¹⁸, residentes na área rural agropecuária da região Sul permaneceu estabilizado, do ponto de vista estatístico¹⁹. A despeito disso, ao desagregar a pluriatividade das famílias de conta-próprias entre *pluriatividade tradicional* e *pluriatividade*

¹⁸ Lembrando que não estamos considerando as famílias de empregadores com até dois empregados (agrícolas e pluriativos), o que não altera de forma alguma os dados com os quais estamos tratando, dada a inexpressividade deste tipo familiar no conjunto da agricultura familiar do Sul (ver Nascimento, 2005b).

¹⁹ Taxa de crescimento sem significância estatística.

intersectorial, pode-se notar o crescimento significativo (16,1%) unicamente das famílias de conta-próprias da pluriatividade *tradicional* (conta-própria agrícola com assalariado agrícola). De modo que se pode concluir que esses novos dados reforçam nossa hipótese de que o crescimento da pluriatividade na região Sul do Brasil apresenta-se comprometido – fato que foi demonstrado na seção anterior²⁰.

As Tabelas 9 e 10 mostram as taxas de crescimento do número de produtores familiares (agrícolas e pluriativos) residentes nas áreas rurais agropecuárias da região Sul, segundo faixas de tamanho de estabelecimento. Essas Tabelas confirmam as observações da Tabela anterior; ou seja, que a pluriatividade *intersectorial* no seio da agricultura familiar sulina permanece sem crescer (sentido estatístico); e que somente a pluriatividade *tradicional* apresentou taxas significativas de crescimento, embora somente nos estratos entre 10 (ou 20) e 100 hectares.

Tabela 9: Taxas de crescimento da agricultura familiar, segundo tipos de famílias, local de domicílio e faixas de tamanho de área do estabelecimento: Sul, 2001-2004.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 2 ha		de 2 a menos de 10 ha		de 10 a menos de 100ha		de 100 ha e mais	
	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)
		2001/2004 ^a		2001/2004 ^a		2001/2004 ^a		2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Agricultura familiar	21	-4,5	216	-2,2	350	0,8	25	4,9
Agrícola	14	-8,0	153	-4,7 *	268	-1,1	22	9,0
Pluriativo	7	5,0	63	5,7	82	8,6 *	4	-10,0
Tradicional (Agrícola+Agrícola)	2	- -	16	20,7	20	12,7 **	1	- -
Intersetorial (Agríc. + Não Agríc.)	5	- -	47	2,4	62	7,4	3	-3,6

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro 2006.

Tabela 10: Taxas de crescimento da agricultura familiar, segundo tipos de famílias, local de domicílio e faixas de tamanho de área do estabelecimento: Sul, 2001-2004.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha		de 20 a menos de 100 ha		de 100 ha e mais	
	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)	2004 (Mil Fam.)	tx cresc. (% aa.)
		2001/2004 ^a		2001/2004 ^a		2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Agricultura familiar	405	0,1	181	-1,6	25	4,9
Agrícola	296	-2,1	138	-3,7	22	9,0
Pluriativo	109	7,5	43	7,0 *	4	-10,0
Tradicional (Agrícola+Agrícola)	28	14,6	11	23,8 ***	1	- -
Intersetorial (Agríc. + Não Agríc.)	81	5,5	32	2,9	3	-3,6

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro 2006.

Uma razão para o crescimento da pluriatividade *tradicional* sulina, no período 2001-2004, pode ser encontrada na Tabela 11, que mostra o crescimento significativo da PEA agrícola assalariada. Ou seja, famílias de conta-próprias agrícolas podem ter se tornado famílias conta-próprias pluriativas

²⁰ Maiores detalhes ver em Nascimento (2005b).

tradicionais em decorrência do assalariamento (em outro estabelecimento agrícola) de algum de seus membros. Note-se ainda que a PEA não agrícola assalariada cresceu significativamente e que, a despeito disso, o contingente das famílias pluriativas *intersetoriais* não cresceu (sentido estatístico), conforme apontado anteriormente.

Tabela 11: População ocupada e desocupada, segundo ramo de atividade, posição na ocupação e local de domicílio: Sul, 2001-2004. (PEA restrita*)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001 (Mil Pessoas)	2002 (Mil Pessoas)	2003 (Mil Pessoas)	2004 (Mil Pessoas)	tx cresc. (% aa.)
					2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO					
Rural Agropecuário					
Agrícola	1812	1860	1831	1830	0,1
Assalariado	270	268	300	305	4,9 **
Conta-própria	696	725	712	701	0,0
Empregador	51	35	47	56	5,8
Não remunerado	795	832	772	768	-1,8
Não Agrícola	516	543	557	575	3,6 ***
Assalariado	377	420	409	427	3,5 *
Conta-própria	102	88	120	107	4,7
Empregador	20	22	17	19	-3,0
Não remunerado	17	14	11	22	4,0
Não Ocupados	1224	1168	1137	1207	-0,7
Desempregado	37	37	43	49	10,7 **
Outros	1187	1131	1094	1157	-1,1
Total	3551	3571	3525	3612	0,4

(*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15h de ocupação e exclusivamente dedicadas à autoconstrução e à produção para o autoconsumo.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência

ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - Elaboração própria.

A Tabela 12 mostra as taxas de crescimento da participação relativa das famílias pluriativas *tradicionais* e *intersetoriais* no conjunto da pluriatividade da agricultura familiar total sulina. Pode-se observar nesta tabela que no conjunto da agricultura familiar sulina a pluriatividade *intersetorial* perde espaço significativamente (sentido estatístico) para a pluriatividade *tradicional*.

Tabela 12: Distribuição da agricultura familiar, e taxas de crescimento da participação (%) dos dois tipos de pluriatividade (tradicional e intersetorial) no total da pluriatividade, segundo o tipo familiar e local de domicílio: Sul, 2001-2004.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2004 (Mil Fam.)	% sobre o total pluriativo	tx cresc. (% aa.)
			2001/2004 ^a
NÃO METROPOLITANO			
RURAL AGROPECUÁRIO			
Agricultura familiar (conta-próprias)			
Pluriativo	178		
Tradicional	41	23,2	10,0 *
intersetorial	136	76,8	-2,3 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro 2006.

3. 1. A dialética da pluriatividade

O novo ambiente macroeconômico menos adverso para os produtores agrícolas de um modo geral – comparativamente aos anos 90 – e, mais do que isso, favorável aos agricultores em vários aspectos: melhoria dos preços internacionais; câmbio desvalorizado (para os patamares dos anos 90); elevação dos recursos do PRONAF crédito; etc., resultou em elevação da PEA agrícola assalariada. Isso, provavelmente, explica o crescimento das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais, já sugerido antes. Fora isso, os dados apontam para a continuidade do não crescimento significativo (sentido estatístico) da pluriatividade total e, especialmente, da pluriatividade *intersectorial*, nas áreas rurais agropecuárias do Sul do Brasil – a despeito da melhora das condições adversas que predominaram na década de 1990. A novidade desse período é que a pluriatividade sulina não mais declinou, como aconteceu na década anterior. Ou seja, estabilizou-se (do ponto de vista estatístico).

Nossa avaliação é que essa relativa estabilidade registrada nos quatro primeiros anos do novo milênio decorre de uma sucessão, ao longo da década anterior, de momentos adversos ao setor agrícola como um todo e da *reação* a essas circunstâncias por parte dos diferentes segmentos produtivos da agricultura. Vale dizer, a referida estabilidade pode ser entendida como um reflexo de todas as transformações ocorridas no setor. Referimo-nos às transformações sofridas pelo setor agrícola em função dos efeitos provocados pelas mudanças nas políticas macroeconômicas nos anos 80 e 90, assim como também na mudança de postura do Estado no que concerne à sua intervenção na política para o setor – mudanças que desencadearam um processo de aprofundamento da dinâmica interna própria do modelo agrícola capitalista²¹ (Nascimento, 2005b).

A opção histórica pela modernização da agricultura foi realizada via introdução de práticas (e “pacotes tecnológicos”) da revolução verde, privilegiando apenas uma parcela menor dos produtores agrícolas do país; e, por outro lado, completamente desprovida de instrumentos e políticas de compensação social para a imensa massa de produtores aliados do processo. Procuramos, então, ressaltar, no que se refere à questão da evolução da pluriatividade e da agricultura familiar na região Sul, um aspecto – central para nosso trabalho – contido nesse modelo agrícola. O de que tal modelo possibilita, por um lado, liberar força de trabalho no interior de uma certa parcela das unidades familiares agrícolas para se ocupar em outros setores da economia, provocando, dessa forma, como resultante do processo, a proliferação de casos de famílias pluriativas. Mas que, por outro turno, esse modelo agrícola não oferece, assim como ocorre em qualquer outro setor produtivo da economia capitalista, espaço, simultaneamente, para todos os produtores familiares. Isso significa que em um

²¹ Modelo que é a base do tipo de modernização do sistema produtivo da agricultura da região Sul (Sacco dos Anjos, 2003).

determinado horizonte de tempo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no interior da agricultura, cada vez menos produtores familiares lograrão permanecer participando da dinâmica do *hard core* dos circuitos produtivos e de comercialização.

Como já tivemos oportunidade de argumentar em outro momento deste texto, esse processo não implica um automático e inexorável abandono do setor pelas famílias pluriativas e agrícolas “ineficientes”, seguido de sua conversão em famílias não agrícolas ou de não ocupados. Essa é uma questão que dependerá do grau de dinamismo econômico dos entornos rurais (as economias locais). Para os produtores familiares descapitalizados e incapacitados de competir por um espaço no mercado, se o entorno rural (as redes urbanas) que os envolve for dinâmico do ponto de vista não agrícola, pode-se supor, então, haver uma plausível tendência de parte dessas famílias tornar-se famílias não agrícolas (esta é a explicação que damos para o caso da região Sul, notadamente nos anos 90)²².

Trata-se, portanto, de um modelo contraditório – no que concerne à sua relação com a criação de casos de pluriatividade –, cuja contradição, interna, desnuda-se visivelmente nos momentos de crise do setor. Ou seja, em tais momentos acirra-se a luta entre os diferentes capitais privados individuais por fatias do mercado – como é o caso dos anos 90 no Brasil, influenciado pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado, implicando exacerbação da concorrência externa –, cuja resultante é o aumento da produtividade daquelas unidades com maior capacidade de reação ao novo ambiente econômico adverso – e, por meio desse processo, possibilita-se, em tese, a criação de mais casos de pluriatividade no interior das unidades familiares agora mais produtivas. Porém, a outra face do mesmo processo refere-se ao ajuste estrutural das unidades produtivas em que aquelas que não lograram adaptar-se às novas condições de concorrência, ou aceitarão permanecer no setor marginalizadas do processo, com rendimentos da exploração inferiores ao que obtinham em outra situação, ou abandonarão de vez o mesmo – e, entre estas, podem estar muitas famílias pluriativas que deixarão de sê-lo.

Isso não significa que, de outro modo, nas conjunturas mais favoráveis ao setor – como é o caso do quadriênio que estamos tratando nesta seção (2001/2004) – a mencionada contradição interna ao modelo agrícola deixe de existir. Na verdade, ela sempre estará presente, mantidas as condições predominantes (modelo agrícola organizado por critérios privados de eficiência, etc.), especialmente numa economia globalizada como a brasileira. O que ocorre é que uma conjuntura favorável atenua a força interna da contradição inerente a esse modelo tipicamente capitalista de produção agrícola, de modo que uma parcela mais larga dos produtores familiares se beneficia do ambiente menos conflitivo.

²² No caso de as redes urbanas circunvizinhas às áreas rurais (economias locais) não serem dinâmicas o suficiente para oferecer oportunidades ocupacionais não agrícolas capazes de incentivar a substituição das atividades agrícolas ineficientes, nesse contexto sim essas famílias tenderão a se tornar cada vez mais pluriativas; caso do Nordeste, por uma questão de natural estratégia de sobrevivência (Nascimento, 2005b).

Nesses termos, a explicação da relativa estabilidade da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar na região Sul, no período 2001/2004, passa por esta análise. Dois elementos conjugados entre si contribuem para essa estabilidade. Ambos se complementam. O primeiro diz respeito à inflexão no regime cambial a partir de 1999, revertendo o impacto negativo que o regime anterior provocava sobre o desempenho da agricultura. O novo regime cambial passou a funcionar como uma proteção, contra a concorrência, para um leque maior de produtores familiares. O segundo elemento concerne ao efeito resultante do processo de ajustamento da estrutura produtiva agrícola, tornando-a mais eficiente à medida que selecionou os mais capazes a permanecerem na disputa no mercado (mais globalizado) – processo esse que se desenrolou ao longo das duas últimas décadas, de forma mais aprofundada na década de 1990. O efeito resultante levado a cabo pelo ajuste estrutural das unidades produtivas na região Sul possui o significado de que o conjunto de produtores rurais que foram selecionados (que puderam se proteger) durante a crise dos anos 90 iniciou a presente década com mais possibilidades de preservação da sua capacidade de reprodução social. Alia-se a essa condição estrutural a conjuntura macroeconômica mais favorável (o primeiro elemento), que não está exercendo pressão, pelo menos não na mesma intensidade exercida nos anos 90, por novos ajustes na estrutura produtiva do setor, traduzindo-se em uma menor pressão à (tendência de) expulsão de mais agricultores do setor.

Dentro dessa lógica de análise, consideramos plausível supor que, dada a permanência latente da referida contradição no interior do modelo agrícola disseminado na região Sul do país, a alteração das condições macroeconômicas poderá acirrar o movimento contraditório intrínseco à estrutura agrícola predominante na região Sul, e novamente os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD virem a registrar a continuidade do processo de redução da base familiar (particularmente, das famílias pluriativas) de produção agrícola sulina.

4. Considerações finais

Objetivou-se mostrar que a raiz da redução (ou do não crescimento) do contingente das famílias pluriativas na região Sul reside no modelo agrícola especificamente capitalista largamente difundido nessa região. Nos anos 1990 isso ficou mais evidente em virtude da organização desse modelo agrícola passar a ser sistematicamente conduzida por critérios de mercado. As mudanças macroeconômicas ocorridas nesse período agudizaram a contradição interna a esse modelo agrícola, conforme apontado. A consequência desse processo contraditório – na ausência de políticas públicas capazes de compensar

os pequenos produtores “ineficientes” – consiste na tendência não apenas à redução da demanda por mão-de-obra, mas, sobretudo, de redução do número de produtores familiares, diminuindo, em uníssono, o número de famílias pluriativas.

Concordamos com a análise de que os processos de industrialização difusa ocorridos no interior da região Sul – anteriormente aos anos 1980 – convergiram, em combinação com as características da agricultura camponesa da região, para a proliferação de casos de famílias rurais pluriativas (Sacco dos Anjos, 1994; Schneider, 1999). Contudo, as informações fornecidas no presente trabalho nos levam a crer que as próprias condições econômicas criadas pela industrialização difusa, no tocante às redes urbanas da região, juntamente com o efeito do aprofundamento das práticas capitalistas na agricultura dessa região, *não* mais conduzem as famílias rurais a se tornarem pluriativas, senão a se tornarem progressivamente famílias não agrícolas²³.

Pode-se ver uma estreita relação entre a dinâmica da pluriatividade e a dinâmica das atividades agrícolas, talvez mais do que entre a primeira e a dinâmica das ORNAs²⁴. Essa observação fica mais clara quando se observa a pluriatividade *tradicional* – nos anos 1990 a redução da PEA agrícola e de produtores familiares impactou negativamente nela (o processo contrário ocorreu no período recente, 2001-2004). Quanto à pluriatividade *intersectorial*, o crescimento da PEA não agrícola nos anos 1990 não implicou em trajetória similar daquela – a mesma falta de correlação nota-se nos anos 2001 a 2004.

Por esta razão, consideramos ter sido fundamental a preservação (e proteção) de inúmeros pequenos estabelecimentos agrícolas (ineficientes para enfrentar o mercado) na União Européia, através da sua Política Agrícola Comum (PAC), para a configuração de casos crescentes de pluriatividade (Nascimento, 2005a). No Brasil, como jamais houve uma política agrícola com esse conteúdo *social*, o declínio (ou o não crescimento) da pluriatividade em regiões modernizadas (região Sul, com perfil socioeconômico mais próximo da UE do que, por exemplo, do Nordeste brasileiro²⁵) torna-se evidente, especialmente em momentos de crise no setor agrícola.

Enfim, para a pluriatividade crescer no Sul do Brasil e poder acompanhar o crescimento dos problemas que ela deveria enfrentar, necessita-se haver uma abrangência muito maior dos programas de políticas públicas (o que caberia, por exemplo, ao PRONAF) de modo a atender muito mais produtores familiares do que se atende na atualidade. Ou seja, a relevância dessas considerações todas

²³ E isso não se deve a uma questão de “ciclo de vida” chayanoviano, uma vez que se assim fosse, as famílias sulinas pluriativas que deixaram de sê-lo, ao longo da década de 1990, teriam se convertido novamente em famílias agrícolas, mas como pôde-se ver (Tabela 5), estas também diminuiriam. A questão é que ambos os tipos de famílias sulinas (agrícolas e pluriativas), tornaram-se ou famílias não agrícolas, ou famílias de não ocupados. Ver mais detalhes em Nascimento (2005).

²⁴ ORNA (ocupações rurais não agrícolas).

²⁵ É no Nordeste aonde cresce o número de famílias pluriativas, notadamente as *intersectoriais*. Nesse caso, por uma natural estratégia de sobrevivência, que não é exatamente o caso da UE (Nascimento, 2005a, 2005b).

reside em que se a sociedade brasileira considerar importante elaborar políticas para fomentar de maneira *sustentável* mais casos de pluriatividade, a fim de esta servir de instrumento para combater o desemprego rural e urbano (segurando a população rural em seu local de origem, com algum vínculo a uma atividade agrícola) e para a revitalização das economias locais e de sua sociabilidade, não será apenas fomentando ORNAs que aquele objetivo será alcançado. Poderá resultar simplesmente em mais crescimento de famílias não agrícolas – não que esse resultado não seja desejável; pelo contrário, uma vez que essa também poderá vir a ser perfeitamente outra alternativa da sociedade, como forte aliada na resolução dos problemas contemporâneos. Contudo, a questão aqui é: se a sociedade quiser apostar em um *crescimento* da pluriatividade como uma das formas de enfrentamento do desemprego rural-urbano e de desafogo das cidades, tem-se que compensar a vastidão de pequenos produtores familiares dos efeitos adversos provocados pela agricultura capitalista regida por critérios de mercado – evitando seu paulatino abandono das atividades agrícolas “tradicionais” –, além de lhes proporcionar mais oportunidades ocupacionais *não agrícolas*. Trata-se, portanto, de uma questão claramente, *a priori*, de cunho *político*.

5. Referências Bibliográficas

- ALVES, E. (2001). Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 39, n.3, jul/set, pp.09-40.
- ALVES, E. R. A., SOUZA, D. P. H. (2000). Produção brasileira de leite. *Economia Rural*. Viçosa, MG, 1 (11), jan./jul.
- AQUINO, J. R., TEIXEIRA, O. A., TONNEAU, J. (2004). Pronaf: política agrícola discriminatória?! *IX Encontro Nacional de Economia Política – ENEP* (CD-ROM). Uberlândia, MG.
- BITTENCOURT, G. A. (2003). *Abrindo a Caixa Preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp. (dissertação de mestrado)
- FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. N. 6 (4), pp. 361-373.
- GASQUES, J. G., SPOLADOR, H. F. S. (2003). Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura. *Texto para Discussão*, n. 952. IPEA: Brasília.
- GOULARTI FILHO, A. (2001). *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*. IE/UNICAMP (tese de doutoramento).
- GRUPO DE BRUGGE (1996). *Por um Cambio Necesário em la Agricultura Europea*. Córdoba (Espanha), IESA, 69p.

- HELFAND, S. M., REZENDE, G. C. (2001). Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas, *in*: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. [orgs.] (2001). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 539p.
- HOMEM DE MELO, F (1999). Os feitos negativos da Política Cambial sobre a agricultura Brasileira. *Economia Aplicada*, São Paulo (nº especial): 35-46 (março).
- LOPES, I. V. (2002). Revolução: menos crédito oficial, mais produtividade. *Conjuntura Econômica*, jun/2002, pp.34-38 .
- MATTEI, L. F. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento)
- MDA/INCRA/FAO (2000). *Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto*. Brasília.
- NASCIMENTO, C. A. (2005a). A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas, *In: Anais do X Encontro Nacional de Economia Política (CD-ROM)*, Campinas, SP.
- NASCIMENTO, C. A. (2005b). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Campinas, SP: IE/UNICAMP. (Tese de doutoramento)
- OLIVEIRA, H. S. (2003). *A divisão inter-regional do trabalho brasileira nos anos 90*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)
- SACCO DOS ANJOS, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 374p.
- SACCO DOS ANJOS, F. (1994). *A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários da Massaranduba, Santa Catarina*. Pelotas: Editora da UFPEL. 169p.
- SCHNEIDER, S. (2003). *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 354p.
- SCHNEIDER, S. (1999). *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 205p
- SCHNEIDER, S. & NAVARRO, Z. (2000). Emprego Agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. *In*: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *op. cit.*, v.3.
- TOLOSANA, A. O., PERSIVA, E. M. (1992). Estrategia de adaptacion de pequeñas explotaciones em el marco de la PAC. La agricultura a tiempo parcial em um área de montaña. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, n. 16, jul/sep.pp. 99-122.